DOI 10.61470/o.v23i1.74906

“ANTES QUE O MAL CRESÇA, DIZ O VELHO ADÁGIO, CONVÈM SUPRIMI-LO”: ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES RURAIS E REPRESSÃO NO INTERIOR PAULISTA (1961-1964)

“BEFORE EVIL GROWS UP, SAYS THE OLD ADAGE, IT MUST BE SUPPRESSED”: RURAL WORKERS’ ORGANIZATIONS AND REPRESSION IN THE INTERIOR OF PAULISTA (1961-1964)

"ANTES DE QUE EL MAL CREZCA, DICE EL VIEJO ADAGIO, CONVIENE SUPRIMIRLO": ORGANIZACIONES DE LOS TRABAJADORES RURALES Y REPRESIÓN EN EL INTERIOR PAULISTA (1961-1964)

Juliana Carolina da Silva, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM - campus Parintins)

Resumo: O presente texto tem como objetivo analisar a luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida e trabalho, bem como as ações de repressão aos movimentos sociais no interior paulista no golpe de 1964. Investigamos o processo de construção de sindicatos em pequenas cidades, abordando as entendidas de Palmital/SP e a atuação de pessoas inseridas em uma rede sindical que interligava a região do Médio Paranapanema, na divisão entre os estados de São Paulo e Paraná. Por meio das atuações de sujeitos que atuaram no período, buscamos refletir sobre as resistências do movimento rural e as opressões e coerções promovidas por discursos, imaginários e ações, além de suas implicações na manutenção das desigualdades. A concepção de redes sociais será utilizada como metodologia inserida na micro-história, pois o mapeamento das relações pode revelar fios condutores para as ações dos trabalhadores rurais e dos agentes repressores, conectando aspectos biográficos às tessituras das sociabilidades. Por fim, parte do nosso percurso compreenderá o impacto do golpe e das perseguições na política que estava sendo construída e na perpetuação do corporativismo das elites locais. As fontes utilizadas incluem documentos do Banco de Dados Memórias Reveladas, do Projeto Brasil: Nunca Mais, do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina, do Arquivo Público do Estado de São Paulo e do Arquivo Público do Estado do Paraná.
Palavras-chave: Trajetórias políticas; Ditadura; Trabalhadores rurais; Sindicalização; Repressão política.

Abstract: This text aims to analyze the struggle of rural workers for better living and working conditions, as well as the actions to repress social movements in the interior of São Paulo during the 1964 coup. We investigated the process of building unions in small cities, addressing the understandings of Palmital/SP and the actions of people included in a union network that interconnected the Middle Paranapanema region, in the division between the states of São Paulo and Paraná. Through the actions of subjects who worked during the period, we seek to reflect on the resistance of the rural movement and the oppression and coercion promoted by speeches, imaginaries and actions, in addition to their implications for the maintenance of inequalities. The concept of social networks will be used as a methodology inserted in microhistory, as the mapping of relationships can reveal guiding threads for the actions of rural workers and

repressive agents, connecting biographical aspects to the fabrics of sociability. Finally, part of our trajectory will understand the impact of the coup and persecution on the policy that was being built and on the perpetuation of corporatism by local elites. The sources used include documents from the Revealed Memories Database, the Brazil: Never Again Project, the collection of the Center for Documentation and Historical Research at the State University of Londrina, the Public Archive of the State of São Paulo and the Public Archive of the State of Paraná.
Keywords: Political trajectories; Dictatorship; Rural workers; Unionization; Political repression.

Resumen: El presente texto tiene como objetivo analizar la lucha de los trabajadores rurales por mejores condiciones de vida y trabajo, así como las acciones de represión contra los movimientos sociales en el interior paulista durante el golpe de 1964. Investigamos el proceso de construcción de sindicatos en pequeñas ciudades, abordando las entidades en Palmital/SP y la actuación de personas insertas en una red sindical que interconectaba la región del Medio Paranapanema, en la división entre los estados de São Paulo y Paraná. A través de las actuaciones de sujetos que participaron en el período, buscamos reflexionar sobre las resistencias del movimiento rural y las opresiones y coerciones promovidas por discursos, imaginarios y acciones, además de sus implicaciones en el mantenimiento de las desigualdades. La concepción de redes sociales se utilizará como metodología dentro de la microhistoria, ya que el mapeo de las relaciones puede revelar hilos conductores para las acciones de los trabajadores rurales y de los agentes represores, conectando aspectos biográficos con las tramas de las sociabilidades. Por último, parte de nuestro recorrido comprenderá el impacto del golpe y las persecuciones en la política que se estaba construyendo y en la perpetuación del corporativismo de las élites locales. Las fuentes utilizadas incluyen documentos de la Base de Datos Memorias Reveladas, del Proyecto Brasil: Nunca Más, del acervo del Centro de Documentación e Investigación Histórica de la Universidad Estatal de Londrina, del Archivo Público del Estado de São Paulo y del Archivo Público del Estado de Paraná.
Palabras clave: Trayectorias políticas; Dictadura; Trabajadores rurales; Sindicalización; Represión política.

Introdução

Palmital é uma cidade do interior paulista, no sul do Estado, que possui uma grande extensão de zona rural. Embora houvesse sido habitada desde tempos imemoriais por povos indígenas, com a Lei de Terras de 1850, a região foi dada como devoluta e abriu um leque de possibilidades de fraudes e irregularidades. O artigo 5ºda Lei de Terras reconhecia o direito de quem já possuísse terras e que tivesse iniciado alguma cultura. Além das propriedades que detinham registros como sesmarias, concessões ou posses, havia mais duas maneiras de conseguir o título pela terra. Conforme a legislação, "2ª, ter sido estabelecida antes da medição da sesmaria ou concessão, e não perturbada por cinco annos; 3ª, ter sido estabelecida depois da dita medição, e não perturbada por 10 annos" (BRASIL, 1851). Esses prazos de não perturbação tornaram possíveis os registros de posses que resultavam de ocupação até aquele momento e passariam a proibir a aquisição de terras que não fossem adquiridas por meio da compra.

Para ser reconhecida a posse, os donos deveriam demarcar os limites, pagar as taxas e registrar as propriedades, tarefas que não eram fáceis aos homens e mulheres simples que ocupavam as terras e as comunidades tradicionais no interior do Estado, além de que havia comunidades e famílias no deslocamento constante. Conforme a pesquisadora Emília Viotti da Costa (1999), no livro *Da monarquia à república: momentos decisivos,* analisando a configuração da posse da terra em meados do século XIX, a criação de grandes latifúndios teria se agravado, uma vez que a demanda por produtos tropicais no mercado internacional favorecia a expansão das plantations. As pessoas migravam para as terras à fim de retirar os antigos ocupantes, estabelecer fazendas com extensa monocultura e geri-las. Segundo um relatório da polícia local, também existiam muitos sítios, além das grandes fazendas, que entre dois ou três proprietários, acumulavam a maior parte das terras da zona rural. Nos bairros rurais ficava uma capela e geralmente, ao lado, havia uma venda e um campo de futebol[1].

Daniel Ferraz da Cunha, era um morador da região. Filho de Benjamin Ferraz da Cunha e Maria Candida Ferraz, nasceu em Santa Cruz do Rio Pardo/SP. Era branco, olhos e cabelos castanhos e estava com a barba e bigode raspados no dia de sua prisão em 1964, segundo a ficha de identificação da Delegacia de Polícia do município em que ele morava. Naquele momento, estava com 57 anos de idade, era alfabetizado, não tinha filhos, era solteiro e residia no bairro Água Clara, em Palmital/SP. Daniel residia no sítio que havia herdado seu pai e trabalhava lá como lavrador, junto com sua família, em Palmital.

No início de 1960, havia um forte processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, movidos pela luta por melhorias das condições de trabalho e de vida, formando um cenário de conquistas e de disputas. A criação dos muitos sindicatos e federação eram ações de um contexto em que os militantes com vínculo com o PCB disputavam espaço com a Igreja Católica. Conforme estudo realizado por Carla Simone Rodeghero, publicado no texto "Campo x Cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul (1997)", a atuação da Igreja visava superar aspectos que entendia como problemas do campo naquele período, como o êxodo rural e as mudanças culturais, ideológicas e políticas. Além disso, buscou atuar na eliminação da propagação do comunismo, entendendo esta como formas de "defender o campo", garantindo a manutenção da lealdade religiosa e mantendo essa população da zona rural (RODEGHERO, 1997, p. 149). Nesse contexto, a Igreja Católica e o

1 Paisagens rurais. *Geornal*, [s/d]. Disponível em <http://geornal.com.br/category/galeria/rurais/>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

Partido Comunista Brasileiro, concorriam para atuarem de maneira próxima ao camponês. A criação dos sindicatos era um espaço de disputa, pois era uma ferramenta importante de luta e congregação das pautas e demandas dessa classe.

Em novembro de 1961, os pecebistas realizariam o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte e nos preparativos para o evento, a Igreja se moveu rapidamente para estabelecer sua presença no interior de São Paulo. Essa ação buscava se antecipar ao fortalecimento da sindicalização que seria promovida pelos pecebistas para o evento e após o Congresso. Desde 1959, a Federação de Círculos Operários do Estado de São Paulo (FECOESP), ligada à Igreja, fundou associações de camponeses em sete cidades. Os sindicatos formaram-se em Presidente Prudente, Assis, Guariba, Juquiá, Lins, Matão, Porto Feliz, Marília, Piracicaba, São João da Boa Vista e Rio das Pedras. Estas eram cidades importantes para a militância da ULTAB. Os Círculos Operários atuavam na assistência, em ações educativas e culturais, concorrendo com os comunistas e buscavam ampliar suas atuações no interior do Estado. Em 1962, em apoio, o deputado Cunha Bueno proporia um projeto para "a concessão de um auxílio de três milhões de cruzeiros" ao Círculo Operário de Assis[2].

Nas declarações de Daniel, foi em "Belo Horizonte, Est. De Minas Gerais, nos anos de 60 ou 61 mais ou menos; que para participar de um dos congressos a esposa de Prestes Maia, ofereceu três ônibus, que os levaram até Belo Horizonte"[3]. Daniel esteve presente nos dois congressos realizados em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional, sobre a reforma agrária, em setembro de 1961, e I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte, em novembro do mesmo ano. Em ambos, junto com Joaquim Marana, Daniel representou Palmital. Joaquim era lavrador e exercia serviços volantes. Havia nascido em 1913, filho de Emiliano Marana e Joana Escalera Marana, natural de Barra Bonita/SP. Como muitos, migrou com sua esposa e filhos, tendo como destino Palmital/SP, a fim de procurar condições melhores de trabalho.

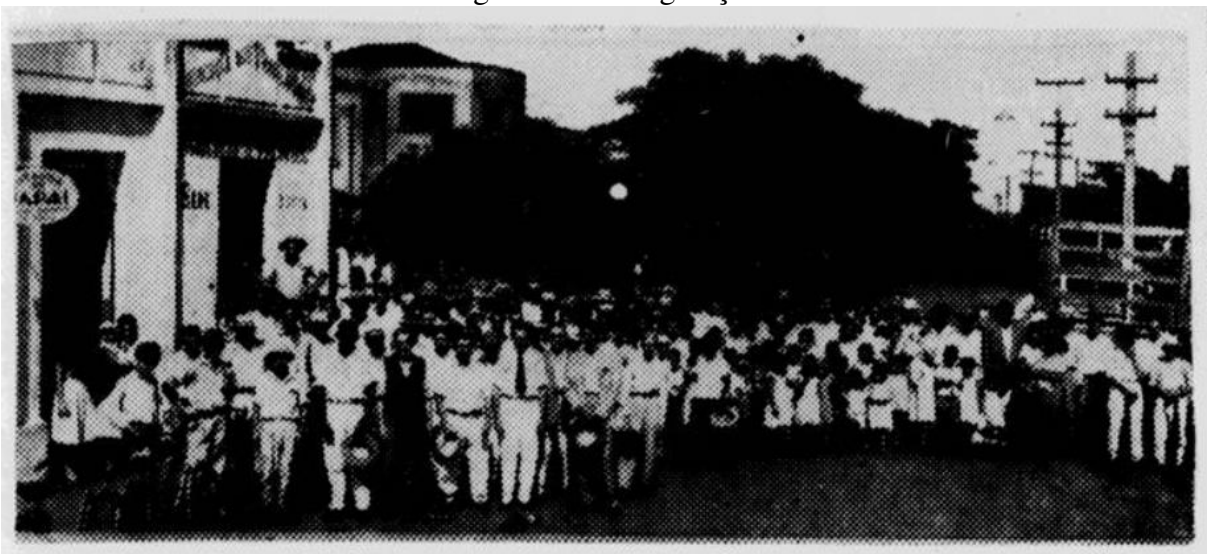
---

2 Conferir Projeto n. 3979, de 1962, de autoria de Cunha Bueno. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7F4C8ADEDEDDAFCC3A8C05DD13878144.node2?codteor=1202771&filename=Avulso+-PL+3978/1962>. Acesso em: 21 de jul. 2024. A proposta foi noticiada na edição de 21 de março de 1962, do jornal *Diário do Paraná*, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/761672/per761672_1962_02081.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

3 Refere-se a importante militante do PCB e atriz portuguesa Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia, esposa de Francisco Prestes Maia, prefeito de São Paulo entre os anos 1938e 1945 e 1961 a 1965. Da citação do depoimento de Daniel, esta foi retirada de: AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 43.

No dia 17 de setembro de 1961, na sede do Operário Futebol Clube, na zona urbana de Palmital, ocorreu a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital. Segundo o jornal *Terra Livre*, cerca de uma centena de camponeses se reuniram naquele dia e a fundação foi comemorada como uma vitória. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais passou a se chamar Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital e a diretoria tomou posse em assembleia. Ainda, o jornal nos relata que naquele momento também esteve presente o líder camponês Nestor Vera, secretário da ULTAB, sendo este, "convidado especial". Sobre as demais autoridades, o periódico nos conta que, "A Câmara Municipal fêz representar pelo seu Vice-Presidente. Professores e dentistas da região estiveram presentes no local do encontro dando sua solidariedade ao movimento camponês do Município"[4]. A matéria acompanha a seguinte imagem:

Figura 01 – Inauguração



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na fotografia acima, os trabalhadores aparecem diante da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Palmital (a esquerda), em ocasião da assembleia de fundação, em janeiro de 1962. Na imagem também vemos que essa instituição se localizava no espaço urbano da cidade, o que contribuía para o reconhecimento dela como um órgão importante, com relações com o espaço urbano e não apartado deste, além de ser próxima do fórum, da estação e de acesso a viajantes. Além disso, percebe-se o grande número de crianças na imagem, o que denota que as pessoas foram em famílias para a assembleia e, assim, a presença das mulheres naquele momento, mesmo que em primeiro plano estejam apenas os homens. Por possuírem

4TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

muitos sítios na região, algumas famílias podem ter ido em carroças e se outrora eram utilizadas para levar os cultivos, agora voltariam para casa com sementes de ideias e esperanças.

Como no dia da foto, a mobilização das famílias se dava por conta de o trabalho rural envolver todo o núcleo familiar, com as crianças, jovens, adultos e os idosos. A luta por melhores condições de trabalho e ajustes salariais, dizia respeito a todos e trazia uma prospecção de futuro melhor. Manoel Pinheiro, no depoimento prestado em 20 de abril de 1964, registra que "de um ano pra cá passou a adotar idéias socialistas, sempre pensando numa melhoria das classes mais pobres, que nos dias de hoje não é possível viver com os salários que percebem, principalmente os trabalhadores do campo"[5]. O depoimento prestado no dia 22 de abril de 1964, por Milan Luigi, lavrador em serviços volantes, nos exemplifica essa perspectiva, quando comenta ter "ingressado no sindicato pensando em melhores dias para seus filhos"[6]. Naquele ano, Milan estava com 62 anos, já contava com cabelos grisalhos e, segundo o depoimento, "uma vêz que com a idade avançada que possui é difícil arranjar serviço", assim, "ultimamente para não perecer vem ajudando sua senhora a fabricar doces caseiros e vendendo-os". Mesmo em situação financeira difícil, Milan havia se sindicalizado em fevereiro de 1963, e inicialmente pagava Cr$ 30,00 e nos últimos tempos, em 1964, contribuía com Cr$ 50,00 por mês.

O primeiro presidente da Associação foi Daniel Ferraz da Cunha, que aparece ao centro, de paletó preto, na imagem abaixo:

Figura 02 – Diretoria do Sindicato

5 AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Manoel Pinheiro, em 20 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 54.
6 AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Milan Luigi, em 22 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 73.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962, p. 06. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

O paletó de Daniel, o local da inauguração e a sede na zona urbana e as lideranças convidadas eram elementos que representavam a importância da Associação. Essa instituição era uma vitória para o movimento de luta camponesa na região, pois conseguiu mobilizar muitos trabalhadores a agir coletivamente. A fundação possibilitou que as leituras e formações que Daniel, Barreiros e outros empreenderam durante anos fossem instrumentalizadas como práticas coletivas organizadas sobre o âmbito do trabalho rural. Na escolha do local, do traje e dos convidados, havia a busca por comemorar e representar a importância interna do movimento, mas também, a intenção de que essa relevância fosse percebida e partilhada pelos demais moradores do município. Palmital era campo de greves e conflitos sobre as condições de trabalho no campo e a criação da associação representava uma vitória na construção das ações que os militantes estavam fazendo há algumas décadas naquela localidade. A partilha e a percepção da função social dessa instituição ajudariam na sindicalização de novos membros, que da mesma que Milan Luigi sindicalizou-se no mês seguinte, viriam outros a procurar pelas melhores possibilidades de futuro e reclamar dos conflitos passados em seus trabalhos.

O peso do papel

Com a fundação, a Associação passou a coletar causas trabalhistas e encaminhar os trabalhadores para o Fórum de Ourinhos. Em Ourinhos, eram orientados por advogados,

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

principalmente por João Bento Vieira Silva Neto, através da ligação de Joaquim Marana. Em julho de 1963, o jornal *Terra Livre* noticiou causas ganhas na Justiça do Trabalho, em favor dos trabalhadores rurais Ramão Lozano (mensalista) e José Pachola (meeiro). Em comemoração, o periódico informava que "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, recentemente fundado, vem de conseguir mais uma importante vitória que é fruto de seu trabalho e dedicação no esclarecimento do homem do campo"[7]. Através de causa julgada na Justiça do Trabalho o fazendeiro Calil João teria sido obrigado a pagar as horas extras do trabalhador sindicalizado Ramão Lozano. Este "procurou o seu sindicato e com a união de todo, fêz valer seus direitos". Já o trabalhador José Pachola, meeiro de mandioca, havia sido despedido das terras dos Breve, segundo o jornal "por não poder manter-se o restante do ano como foi devido a exploração a que era submetido e o aumento cada vez maior das sementes, inseticidas e tudo o que precisava comprar para trabalhar na terra". Tentando ilustrar os benefícios da sindicalização, continua:

> Diante da violação de seus direitos pelo patrão, José foi até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de PALMITAL, onde o pres. Daniel Ferraz da Cunha tomou as medidas necessárias e José Pachola teve seu direito reconhecido pelas autoridades recebendo a importância de 175 mil cruzeiros de indenização pelo que havia deixado na terra que cultivava (TERRA LIVRE, julho de 1963, p. 07).

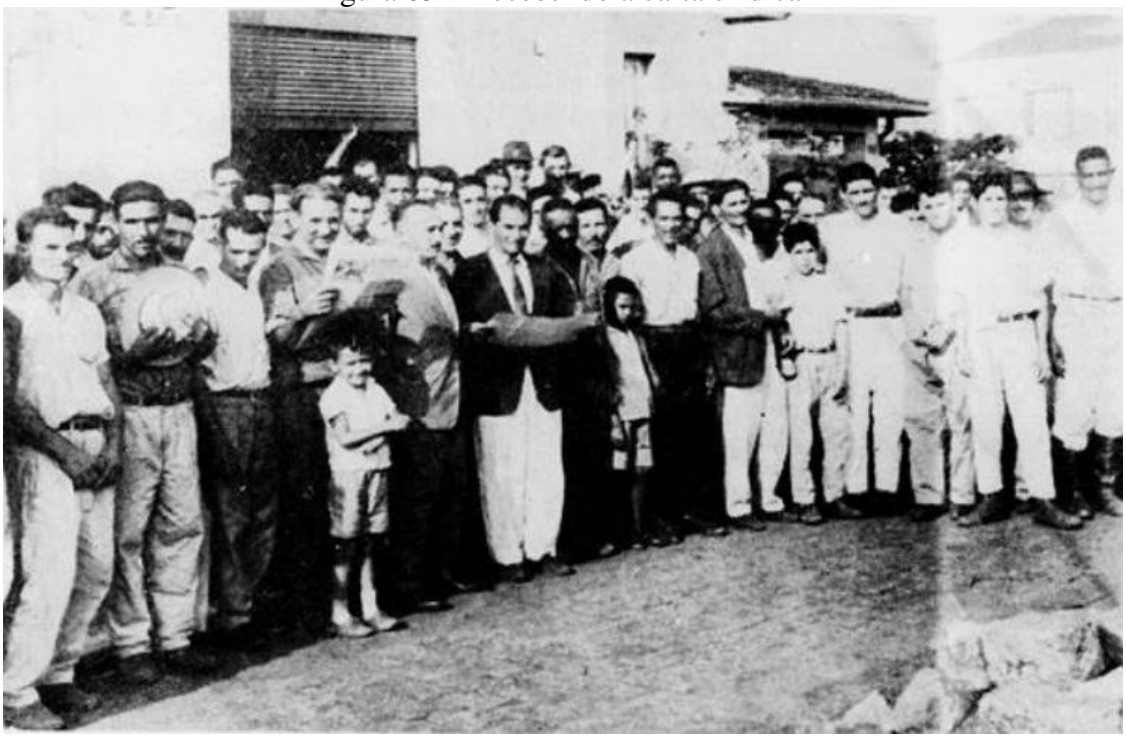
O periódico buscava informar, reconhecer a ação dos militantes e estimular a sindicalização. Na mesma edição, publicou a convocação para o II Conferência de Trabalhadores Rurais, realizada em São Paulo, em setembro de 1963. Ao fim da convocação, o texto citava diversos sindicatos e suas lideranças, contando com os nomes de Roque Pedroso da Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais de Chavantes e de José Pedro Silva, Presidente da Associação dos Trabalhadores Agrícolas de Salto Grande.

Naquele mesmo ano, a Associação seria notícia no *Terra Livre* num outro evento em Palmital, "No dia 20 de outubro último, os camponeses desta região [...] receberam das mãos do líder José Alves Portela, presidente da Federação das Associações dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo, a "Carta Sindical" do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital". A realização de eventos conferia maior visibilidade e reconhecimento social à Associação, bem como, eram utilizados politicamente para articulação de lideranças locais e estaduais. Segundo o documento, "A leitura da "Carta Sindical" foi feita pelo jornalista

7 TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Sosthenes Jambo, que antes fêz uma rápida explicação sôbre como vêm se processando as lutas camponesas em todo o Brasil, tendo despertado enorme interêsse a sindicalização rural em Pernambuco e Ceará". Abaixo vemos uma fotografia desse dia, publicada em novembro no *Terra Livre*.

Figura 03 – Recebendo a carta sindical



Fonte: TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

Na imagem, registro oficial do evento, vemos muitos homens, jovens, adultos e idosos, estando todos de calçado com sapatos e botas e alguns de chapéu, mais uma vez, indicando que era um momento relevante. O local escolhido para a foto é a frente da Associação, que mesmo sem conseguirmos ler o nome na fachada do imóvel, notamos que está aberta e com familiaridade, um homem apoia o braço na porta. O jornal nos informa que "No centro da imagem está o presidente do sindicato, Daniel Ferraz da Cunha, o presidente da FATAESP José Alves Portela, o dirigente Joaquim Marana e outros"[8].

O movimento de greve e a vigilância policial

8 TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

Após a oficialização do sindicato junto ao Ministério do Trabalho, Daniel, Marana e os demais sindicalistas passaram a articular mais trabalhadores e a organização de greves para reivindicações, para buscar melhorias trabalhistas. A primeira contestação coletiva foi pela aplicação do salário-mínimo, instituído a todos os membros da família que trabalhassem, com o Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963. Esta foi uma das pautas debatidas na II Conferência de Trabalhadores Rurais, bem como a luta pela previdência, a campanha pela sindicalização e o reforço da unidade entre trabalhadores da cidade e do campo, que havia se mostrado uma aliança profícua[9]. Os militantes da região acompanhavam e se inseriam nos debates nacionais e estadual, dialogando e apoiando os mesmos. Após ouvir o comício de 13 de março de 1964, utilizando o telégrafo da Estação Ferroviária, Manoel enviou para o Presidente da República João Goulart, uma mensagem entusiasmada: "Que decreto dia 13 sublime inalterado inesquecível data seja extensivo brevemente a terra invejável seja extinta dos maiores latifundiários que sonegam amável país sds Manoel Pinheiro ferroviário rua Padre Martins 328"[10]. Essa mensagem nos permite entrever a animação dos ferroviários e camponeses com a possibilidade da reforma agrária, que parecia próxima naquele momento. Além disso, uma vez que Manoel utilizou o sistema de telégrafos do seu trabalho, também nos mostra a confiança no próprio movimento de que fazia parte e na estabilidade da democracia no país.

Enleados por essas percepções, em 21 de março de 1964, apoiando os trabalhadores rurais, os militantes juntos deflagraram uma greve na Fazenda Boa Vista, "da Família Bittencourt", exigindo ajuste salarial[11]. A paralização nessa fazenda foi estratégica e, também demonstra uma certa altivez do movimento, pois enfrentava simbolicamente a presença de dois adversários: o Círculo Operário e o deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno. Conforme observam Adriano Nervo Codato e Marcus Roberto de Oliveira no artigo "A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964", Cunha Bueno era "o braço político do complexo IPES/IBAD no Congresso Nacional, encarnava o perfil típico do político conservador contra as Reformas" (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p. 292).

9 TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963, p. 07. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

10 AESP. Telegrama de Manoel Pinheiro para João Goulart. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 27.

11 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

No texto, os autores discutem a atuação de grupos conservadores no Estado de São Paulo e no Paraná, que construíram discursos, símbolos e práticas de apoio ao golpe de 1964. Nesse sentido, através do projeto de Bueno Cunha de 1962, o auxílio com dinheiro público que haviam realizado ao Círculo Operário em Assis, inseria-se nas ações de fomento à conspiração contra as próprias lutas sociais. Isso se dava pois apesar dos Círculos levarem assistências médicas necessárias aos trabalhadores, esvaziavam suas exigências trabalhistas e pautas coletivas. O projeto havia sido proposto em 22 de março de 1962 e aprovado por unanimidade em 12 de junho de 1963. O deputado da Assembleia Legislativa de São Paulo, Antônio Sílvio Cunha Bueno, era filho do coronel Joaquim Cunha Bueno Júnior e se casou com Edi Bittencourt, que, por sua vez, era filha do coronel Joaquim José Bellarmino Bittencourt, falecido presidente da Assembleia Legislativa do Paraná. Então, realizar uma greve na fazenda da propriedade da família da esposa de Cunha Bueno, era um enfrentamento explícito ao conservadorismo e às oligarquias rurais[12].

Ademais, as fazendas dessa família na região eram alvos de queixas de abusos e violências no *Terra Livre* desde 1956. Em uma publicação, na primeira quinzena de agosto de 1956, o *Terra Livre* publicou que "Catorze famílias de colonos de café da Fazenda Mumbuca, em Ipauçu, São Paulo, fizeram greve, no fim de julho, contra as violências policiais e contra a latifundiária Sebastiana Cunha Bueno". As violências eram a prisões, invasões e perseguição, tendo o texto relatado que "tinha mandado prender colonos como ladrões, invadir suas casas de madrugada, deixando mulheres e crianças ao relento"[13]. As denúncias de atuações de autoridades policiais a favor dos interesses dos fazendeiros eram recorrentes nas páginas do jornal.

Retomando a greve de 21 de março de 1964, quando o responsável pela fazenda, Roberto Bittencourt, foi informado da greve, ainda no dia 21, mandou o administrador Luiz informar verbalmente que tomaria providências para pagar o novo salário mínimo e as diferenças salariais que faziam jus. No relatório enviado ao DEOPS, o Delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz relata que "Com essa notícia uma boa parcela dos trabalhadores retornou

12 Sobre Cunha Bueno, conferir Verbete Antonio Silvio Cunha Bueno. *FGV CPDOC*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-silvio-cunha-bueno>. Acesso em 07 de ago. 2024. Sobre Edi Bittencourt, conferir Edy Bittencourt Cunha Bueno morre em SP aos 100 anos. *O Diário do Vale*, 2018. Disponível em: <https://odiariodovale.com/edy-bittencourt-cunha-bueno-morre-em-sp-aos-100-anos/>. Acesso em: 07 de ago. 2024. Sobre Joaquim José Bellarmino Bittencourt, consultar verbete da Assembleia Legislativa do Paraná. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/joaquim-jose-bellarmino-bittencourt>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

13 TERRA LIVRE, 1ª Quinzena de Agosto de 1956, p. 03. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

ao serviço e os demais resolveram permanecer parados"[14]. A permanência em greve se dava pela falta de garantias por parte do empregador, de que de fato cumpriria sua fala de ir até a fazenda e regularizar os valores devidos.

Conforme relatório da Delegacia de Polícia de Palmital, no dia 22 (domingo), a fazenda esteve com um "ambiente calmo e pacífico", já no dia 23, o Delegado notou que "Com diretores de Sindicato e comunistas agitadores, chegam a esta cidade dois funcionários do Departamento de Trabalho, com séde em Ourinhos para entrevista com Doutor Promotor da Comarca". O delegado seguiu atento às movimentações e, no dia 24, "Mantivemos contato com a fazenda, através de elemento de ligação, estranho à Polícia, situação calma, parte dos trabalhadores em serviço e outra parte parados". Além disso, ficou registrado que "três são os trabalhadores que agitaram os demais, sendo certo, que até o momento não pudemos levantar suas identidades, para não provocar suspeitas". Sobre as movimentações no sindicato, o documento da polícia relatou que "elementos estranhos à cidade continuam indo e vindo a esta cidade". Uma dessas pessoas seria José Alves Portela. Já no dia 25, a greve estava sendo comentada pelos moradores da zona rural e urbana[15].

O documento registra a espionagem e o serviço de informações tecido pelo Delegado Marcio Prudente Cruz. Sobre suas motivações, explica: "Tais informações foram por mim colhidas pessoalmente e espontaneamente pois, até o presente momento o proprietário da fazenda (dr. Roberto Leão Bittencourt [...]) não veio à fazenda e nem solicitou qualquer providência desta Delegacia, permanecendo na cidade de São Paulo"[16]. Mesmo que não tivesse nenhuma solicitação de auxílio policial ou queixa de ilegalidade, por nenhuma das partes envolvidas na greve, o delegado teceu comunicação com o Promotor Público e com o Juiz de Direito da Comarca. Essa ação de controle reflete a perpetuação de estruturas autoritárias, com a agencia do Estado como extensão dos interesses das elites. Conforme Angelo Gomes, "o corporativismo manteve uma relação de assimetria entre elites e trabalhadores,

14 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21.

15 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-23.

16 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22.

institucionalizando a desigualdade e o controle social" (GOMES, 2005, p. 118), de modo que a atuação do delegado de Palmital sinaliza como as elites ganharam o Estado para preservar seus privilégios e marginalizar movimentos de luta social naquele período.

Na ausência do fazendeiro, aos cuidados do delegado

Prestativo na defesa dos interesses dos fazendeiros, Prudente Cruz comunicou que, "segundo dizem, a reinvidicação é justa", entretanto, considerou que, "Antes que o mal cresça, diz o velho adágio, convèm suprimi-lo"[17]. Assim, mesmo diante da legalidade da ação, para o delegado, "o Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação arvoreando-se de protetores dos trabalhadores". Ainda, o oficial incluiu no documento uma sessão intitulada "Minha Opinião" e conjecturou buscando explicar: "O Sindicato dos Trabalhadores Rurais sob orientação comunista está aproveitando-se da situação [...], para isso tem contribuído desinteresse do proprietário Dr. Roberto Leão Bittencourt, que avisado no dia 21 do corrente, até a presente data não se dignou a vir". O documento também considerava, "julgo de bom alvitre que V.S. atravez do D.O.P.S. localizem o mesmo no telefone ... 51-44-71 em São Paulo e lhe peçam para ficar à testa da fazenda para solucionar o problema surgido", uma vez que, "pois, sendo o deputado federal Antonio Sylvio da Cunha Bueno um dos proprietários poderá ocorrer explorações políticas acerca dos fatos"[18]. Por fim, o documento deixa o aviso de que "a qualquer momento posso dispor dos recursos desta Delegacia para sufocar qualquer violência ao patrimônio da fazenda" e considera que também teria à disposição os dispositivos do DEOPS. Esses trechos retratam a consideração das autoridades locais pelos interesses e pela imagem de Cunha Bueno.

Abaixo vemos uma Carteira Funcional de Delegado de Polícia Classe Especial, assinada pelo Secretário de Segurança Pública Delegado de Polícia Francisco José da Nova, expedida em 1960.

Figura 04 – Carteira de Identidade Funcional

17 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 22-23.

18 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 21-22.



Fonte: Página do Facebook Memórias da Polícia Civil de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/MemoriaDaPoliciaCivilDoEstadoDeSaoPaulo/photos/a.282966865159225/569775709811671/?_rdr>. Acesso em 07 de ago. 2024.

A carteira é do Delegado Márcio Prudente Cruz, que mostra a imagem deste ainda jovem, com 25 anos de idade. No início da carreira, cumprir o que concebia que fosse o seu dever e entrever as ordens e interesses dos superiores, possivelmente era a intenção de Prudente Cruz. A tese da pesquisadora Thaís Battibugli, "Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)" (2007), realiza um estudo de caso sobre a estrutura policial paulista, buscando observar a influência do sistema político democrático de 1946 na cultura da Polícia Civil, Força Pública e Guarda Civil. Nesse trabalho a autora aponta que por serem uma das principais autoridades nos municípios do interior e terem diversas atividades na segurança dessas localidades, os delegados eram instrumentos importantes da atuação dos políticos locais. Através dos delegados, os políticos poderiam privilegiar correligionários ou prejudicar adversários. Tratando da polícia como base eleitoral e de poder, a autora aponta que no fim dos anos de 1950 e início de 1960, as autoridades de segurança pública que se prestassem a essas funções, ligando-se à política, "teriam à sua disposição um poder legal quase incontestável" (2007, p. 82). Com essas considerações, podemos entender os trechos do relatório do Delegado Marcio Prudente Cruz, nos quais zelou pelos interesses políticos de Cunha Bueno. Também é interessante mencionarmos que em relatório de agosto de 1963, o Delegado de Polícia informava que existiam dois sindicatos sob sua vigilância, sendo um católico, mas, conforme suas palavras, "ambos limitam-se a orientar os trabalhadores rurais no que concerne a postulação de seus direitos perante o Juízo de Direito desta Comarca. Não movimentos

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

subversivos"[19]. De agosto de 1963 a março de 1964, essa perspectiva do delegado se alteraria drasticamente, como a polarização política que tomava o país. Como uma autoridade na posição de poder que ocupava, escolheu pela defesa da propriedade dos fazendeiros e isso lhe renderia muitos elogios, como na carta do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi, em que menciona sobre o bom trabalho do "competente, dedicado e esforçado colega Márcio Prudente Cruz"[20].

Não conseguimos encontrar registros sobre o desfecho da greve, se está cessou no dia 26 de março, se durou até 01 de abril ou mesmo, se o fazendeiro Roberto Leão foi da capital para a fazenda. Mas a greve representava mais uma vitória para o movimento camponês na região, pois o êxito dos trabalhadores rurais naquela semana se dava pela mobilização e pelas articulações que as lideranças estavam conseguindo realizar. A exemplo, as ações de Barreiros em distribuir outras ideias, veiculando jornais, livros, revistas e discursos, de tornar-se "perigoso e altamente culto" ao sistema e sua resistência durante anos. Essa permanência contribuiu para a formação de novas gerações de militantes, como Altino Barreiros, para a luta por justiça social e pela melhoria das condições de trabalho na região.

No momento de escrita do relatório policial, no dia 25 de março de 1964, o Delegado Marcio Prudente Cruz solicitava que Roberto Leão Bittencourt fosse na fazenda para resolver a situação, pois em sua ótica, esse movimento dos trabalhadores poderia "provocar qualquer outro movimento grevista nas outras fazendas se eles (os trabalhadores) perceberem que tem força e os patrões o temem"[21]. A leitura feita pelo delegado considerava os movimentos grevistas crescentes na região, sob liderança da rede sindical que se articulava junto aos homens e mulheres do campo. Para a autoridade de segurança pública, os trabalhadores possuíam uma força de mobilização e exigência e tecia o seu relatório baseado na realidade que experienciava em Palmital, onde os trabalhadores vinham acumulando vitórias na Justiça do Trabalho e no campo simbólico. Possivelmente, essa leitura fosse fruto do reconhecimento conquistado pelo próprio movimento dos trabalhadores, que havia conseguido partilhar aos moradores da região

19 AESP. Relatório n.º 03. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 06 de agosto de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 115.

20 AESP. Informe n. 349, de 25 de março de 1964, do Delegado Regional de Polícia de Assis, Antônio Collesi para Andreas Aranha Schimdt, Delegado Auxiliar da 5º Divisão Policial. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 20.

21 AESP. Relatório, assunto greve dos trabalhadores rurais da Fazenda Boa Vista – Prop. Da Família Bittencourt. Produzido pelo Delegado de Polícia Márcio Prudente Cruz, em 25 de março de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 23.

uma visão sobre a grandeza de suas lutas. O Delegado preocupava-se apenas olhando a região, mas sem conseguir articular a sua conjectura com os movimentos conservadores e suas conspirações.

Sobre a ausência de resposta dos Bittencout e dos Cunha Bueno à greve, convém mencionarmos que estavam em intensa movimentação para apoio e promoção do golpe, que ocorreria na madrugada do dia 31 de março para 01 de abril de 1964, dez dias após o início da greve na Fazenda Boa Vista, em Palmital. Em 19 de março de 1964, dia de São José, padroeiro da família, o Deputado Antônio Sílvio Cunha Bueno havia articulado uma manifestação na Praça da República, em São Paulo. O movimento foi apoiado pelo Governador Ademar Barros e saiu em passeata até a Praça da Sé, com discursos conservadores pró-família e anticomunismo. Nesse movimento organizado por Cunha Bueno começaram as Marchas da Família para com Deus e pela Liberdade, que se repetiriam por diversas cidades do país, entre 19 de março e 08 de junho de 1964. Esses eventos representaram um grande poder com convencimento e mobilização dos setores conservadores (VELEZ, 2015).

Após o golpe, o Deputado Cunha Bueno presidiria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre agitação subversiva na zona rural, de sua autoria, criada em 08 de maio, pela Resolução n.º 51/1964 e em vigência desde essa data. Essa era a forma promovida por Cunha Bueno e outros conservadores para punir os antigos dirigentes da SUPRA, CONTAG, ULTAB, outros órgãos de proteção dos direitos dos trabalhadores rurais e lideranças sindicais. Consta que a aprovação dessa CPI ocorreu em 27 de outubro de 1965, no mesmo dia de promulgação do Ato Institucional n.º 2 (COUTINHO; LINS, 2006). Esse ato, determinava punições mais severas contra quem fosse acusado por crimes políticos, oficializava o sistema bipartidário, estabelecia possibilidade de cassação de mandato a parlamentares e dava competência à Justiça Militar sobre os crimes políticos cometidos por civis.

Com o golpe instaurado entre 31 de março e o dia 01 de abril de 1964, o Delegado Márcio Prudente Cruz não tardou a fazer um inquérito policial, apreensões e buscas, para uma operação limpeza no município. O inquérito do dia 06 de março de 1964, tinha como foco as atividades e ideias tidas como comunistas "desenvolvida pelos indiciados nas diversas classes neste município e na cidade de Palmital, além de relações que mantinham aqueles com comunistas de outras cidades e regiões"[22]. Então, o Delegado de Polícia de Palmital acusou

22 Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 29.

Mario Verza, Manoel Pinheiro, José Maria Peres, Joaquim Marana, Milan Luigi, João Maria Cascales, bem como, Daniel Ferraz da Cunha, João Barreiros e seu filho, Altino Barreiros.

O processo foi assinado dia 06 de abril e, nesse mesmo dia, começaram as apreensões nas casas, na Estação Ferroviária de Palmital, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a realizarem prisões. Ainda segundo algumas fichas de identificação, a vítima das ações teria sido o Estado e o motivo das prisões, por serem comunistas[23]. As autoridades mais uma vez dialogavam com os interesses dos fazendeiros e políticos conservadores ao taxarem os trabalhadores e sindicalistas de comunistas. Esse era o argumento sobre o qual legitimavam as ações de violência contra os posseiros, parceiros, meeiros e aos colonos, que resistiam as expropriações e aos abusos.

Os documentos da Delegacia de Polícia de Palmital sobre as prisões registram de práticas ilegais, como: a. A detenção arbitrária e sob condições desconhecidas; b. O sequestro de Mario Verza tendo em vista que não constam pedido e nem registro de prisão; c. Os interrogatórios preliminares, sem registros e realizados muitas vezes sob tortura; d. Investigação judicial imparcial; e. Busca por (re)incriminação, mesmo diante de absolvições anterior.

Considerações

Ao longo dos anos de 1940 a 1960, os militantes, sindicalistas e trabalhadores rurais conseguiram construir um movimento sindical forte, pautado na luta pelas reformas de base, que levariam condições melhores para as vidas de quem laborava no campo. Na justiça do trabalho conseguiram algumas vitórias importantes, que levaram à aplicação real da legislação trabalhista. O movimento que empreenderam era duradouro e engajado que, por algum tempo, as autoridades de segurança pública da região visualizaram a força que tinham e temeram pelos fazendeiros. Entretanto, através das conspirações dos setores conservadores, utilizando a violência no campo político, a partir do golpe de 1964, os camponeses, sindicalistas e militantes comunistas, que já eram duramente perseguidos, foram severamente reprimidos.

23 AESP. Ficha de identificação de Daniel Ferraz da Cunha, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 45. AESP. Ficha de identificação de Mario Verza, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 52. AESP. Ficha de identificação de Manoel Pinheiro, de 20 de abril de 1964. Delegacia de Polícia de Palmital, Secretaria de Segurança Pública. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 58.

Em Palmital, as pessoas envolvidas na greve da Fazenda Boa Vista, que foram encontrados durante as buscas do Delegado Márcio Prudente Cruz, estiveram detidas, presas por dias e interrogadas. Após, não temos registros se foram soltas ou encaminhadas ao DEOPS/SP. Alguns anos após, em 1970 seriam absolvidos das acusações de crimes políticos, por falta de provas. O movimento após esse período teve de manter-se na clandestinidade e sobre duras perdas, pois com o golpe, houve a intensificação das perseguições e prisões, e os desmontes dos órgãos públicos de auxílio aos camponeses. Nesse sentido, a continuidade dessa militância na região se tornou ainda mais perigosa. Segundo levantamento de Clifford Welch, "dentro de um ano, o governo fechou 2.381 sindicatos de produtores autônomos, pequenos proprietários, trabalhadores agrícolas e rurais pela mesma razão, deixando o país com apenas cerca de 490 sindicatos funcionando em agosto de 1965" (2010, p. 412). Nesse cenário, João Barreiros, Nestor Veras, José Alves Portelas e outros, entraram para a clandestinidade.

Entre o fim dos anos de 1960 e início de 1970, o delegado de Polícia Marcio Prudente Cruz seria recrutado para trabalhar na capital, tendo em vista seus serviços prestados em Palmital/SP. Primeiro, foi trabalhar na CIOP (Coordenadoria de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo), junto com David dos Santos Araújo:

Figura 05 – Agentes de repressão



Fonte: Acervo de Richard Smith. Disponível em: <https://www.memoriapoliciacivildesp.com/policiais-civis-de-destaque?pgid=jwf7080k-5a304b6a-9e40-4292-8637-ab7203b08220&fbclid=IwAR0aJXg-ZTDzrxn5GyvI35aQ7_vUIpVTSkM_0v5zuI9CoF9K1Hv123i5IAU>. Acesso em 07 de ago. 2024.

David dos Santos está à esquerda na imagem e a direita, Marcio Prudente Cruz. A fotografia foi retirada do site *Memória da Polícia Civil de São Paulo* e segundo este, ambos estariam em incursão em favela da Vila Prudente, em 1972, na capital paulista. Na imagem, os dois homens estão em pé sobre um muro de cimento, do qual atrás sobem capins, folhas e plantas. Prudente Cruz está de óculos escuros, jaqueta de couro e olha para o fotógrafo, com um binóculo pendurado a sua frente. David dos Santos, olha para a região em que estão, enquanto segura um objeto em sua mão direita. Santos é acusado de crimes contra a humanidade, como a tortura de Ivan Seixas e o assassinato de Joaquim Alencar de Seixas, em 1971[24]. Foi delegado do DOI-Codi, atuava sob o nome falso de Capitão Lisboa e era subordinado ao então major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Como se no silenciamento e na violência fosse possível existir paz, em 1981, David dos Santos recebeu do Exército a Medalha do Pacificador.

No fim dos anos de 1960, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo sofreu uma reestruturação e foi criada a Divisão de Comunicações da Polícia Civil (DICOM), da qual Marcio Prudente Cruz ficou como responsável, junto com José de Almeida Penteado. Em 1980, Prudente Cruz se tornou Delegado do 4º Distrito, no bairro Consolação, na capital paulista. Já em fevereiro de 1987, estava com 52 anos e era Delegado-Chefe do Departamento de Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN). Nesse cargo, instituiu uma ação que seria manchete em páginas de jornais da época e na história dos movimentos sociais sobre sexualidade no país: a Operação Tarântula. Conforme noticiou a *Folha de São Paulo,* em 19 de março de 1987, essa operação tinha como objetivo processar as travestis e homossexuais por ultraje ao pudor público e crime de contágio da AIDS, além de que previa a testagem compulsória. Conforme o texto *O desejo marginal*, de Antonio Sergio Spagnol (2001), "essa operação foi questionada pelos grupos que trabalham com problemas relacionados à comunidade gay em São Paulo e acabou sendo suspensa, não somente pela sua ilegalidade, como também pelo uso da violência para realizá-la".

Trouxemos esses dados sobre o Delegado Márcio Prudente Cruz pois sobre a violência que este empreendeu, podemos inferir que foi construída ainda desde sua atuação em Palmital, a partir de 1963, quando optou por ocupar um lado nos conflitos de terras no município. Na

24 Conferir Verbete David Araújo dos Santos. *Memória da ditadura*. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/david-dos-santos-araujo/>. Acesso em 07 de ago. 2024.

ISSN:2177-5648 OPSIS(Online), Catalão, v.23, n.1, 2025

época, ficou ao lado da defesa da propriedade dos Bittencourt e de Cunha Bueno, suas ações renderam promoções e passou a residir em São Paulo com a sua família, num posto de delegado na capital paulista. O delegado Prudente Cruz priorizou os interesses dos fazendeiros em detrimento das pautas dos trabalhadores, reiterando o modelo de Estado centralizador nos moldes de um autoritarismo que buscava neutralizar o dissenso por meio de estruturas corporativas de alinhamentos aos interesses das elites, corroendo a democracia. O delegado possivelmente ressignificou a violência que perpetrou contra os homens e mulheres do campo e passou a entende-la como uma ação positiva, na busca de estabelecer uma ordem ilusória, que não seria nunca compatível com um cenário democrático. Foi aprendida num contexto de conspiração e como um trauma, reproduzida inúmeras outras vezes, na escolha arbitrária da defesa da violência, do poder e a serviço dos órgãos de repressão e vigilância da ditadura no Estado de São Paulo.

Referências

Acervo de Richard Smith. *Memória Polícia Civil de São Paulo.* Acesso em 07 de ago. 2024. Disponível em: <https://www.memoriapoliciacivildesp.com/policiais-civis-de-destaque?pgid=jwf7080k-5a304b6a-9e40-4292-8637-ab7203b08220&fbclid=IwAR0aJXg-ZTDzrxn5GyvI35aQ7_vUIpVTSkM_0v5zuI9CoF9K1Hv123i5IAU>.

AESP. Auto de Qualificação e Interrogatório de Daniel Ferraz da Cunha, em 16 de abril de 1964. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 43.

AESP. Delegacias do Interior. Pasta Temática Palmital. In: Fundo DEOPS, Delegacia de Ordem Social, n.º da pasta OS 0712, p. 54.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e Segurança Pública em São Paulo (1946-1964).* 2007. 307 p. Tese (doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRASIL. *Lei de 25 de junho de 1850*. Código Commercial do Império do Brasil. In: COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1851. Parte I, Tomo XI, p.96-99.

CODATO, Adriano Nervo. OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 24, n.º 47, p. 271-302, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTINHO, Maria Laura; LINS, Maria Inês de Bessa. *Comissões parlamentares de inquérito: 1946 a 2002*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 105-119, 2005.

Paisagens rurais. *Georgnal,* [s/d]. Disponível em <http://georgnal.com.br/category/galeria/rurais/>. Acesso em: 07 de ago. 2024.

Memórias da Polícia Civil de São Paulo. *Facebook.* Disponível em: <https://www.facebook.com/MemoriaDaPoliciaCivilDoEstadoDeSaoPaulo/photos/a.282966865159225/569775709811671/?_rdr>. Acesso em 07 de ago. 2024.

RODEGHERO, Carla Simone. Campo X Cidade: o discurso católico frente a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n. 7, p. 148-176, 1997.

SPAGNOL, Antonio Sergio. *O desejo marginal*. São Paulo: Arte Ciência/ Villipress, 2001.

TERRA LIVRE, 1ª Quinzena de Agosto de 1956. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, janeiro de 1962. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, julho de 1963. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

TERRA LIVRE, São Paulo, novembro de 1963, ano XIV, n. 124. In: Armazém Memória: Hemeroteca Luta pela Terra.

VELEZ, Érica Diniz. *Sentinelas na vanguarda da defesa do futuro do Brasil. As mulheres da CAMDE entre os anos de 1964/69.* Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

WELCH, Clifford Andrew. Camponeses, a Verdade e a História da Ditadura em São Paulo. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 57–78, 2014.